

II

UMA BREVE ANÁLISE DOS PLANOS PLURI ANUAIS PARTICIPATIVOS DA BAHIA PPA'S-P 2008-2011 E 2012-2015 COMO FERRAMENTA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL - *Ramon Novaes de Macêdo*¹⁰

RESUMO:

O presente artigo discorre sobre o processo de construção dos Planos Plurianuais Participativos PPA-P do Estado da Bahia no período de 2007 a 2015 como ferramenta de participação social dentro da gestão pública. Esse trabalho se baseou em fontes bibliográficas sobre o tema investigado e analisa como se deu o processo de escuta social junto aos representantes da sociedade civil, destacando o planejamento estratégico, os números e resultados das plenárias territoriais para a construção dos referidos PPA's, além de trazer um breve histórico da construção da participação social no Brasil nas últimas décadas.

Palavras Chaves: Plano Plurianual Participativo. Participação. Bahia.

ABSTRACT:

This article discusses the process of building the Participatory Multi-Annual Plans PPA-P of the State of Bahia from 2007 to 2015 as a tool for social participation within public management. This work was based on bibliographic sources on the topic investigated and analyzes how the process of social listening took place with representatives of civil society, highlighting the strategic planning, the numbers and results of the territorial plenary sessions for the construction of the referred PPAs, in addition to to bring a brief history of building social participation in Brazil in recent decades.

Keywords: Participatory Pluriannual Plan. Participation. Bahia.

1 INTRODUÇÃO

A participação social, na formulação de políticas públicas sempre foi um espaço almejado por setores sociais, mas também vem se tornando cada vez mais presente em discursos de partidos políticos, em agendas de gestores públicos e de grupos ligados a máquina estatal. Cada contexto histórico molda o ritmo, as formas e os desafios dessa participação, talvez por isso, exista um leque de termos variados ligados a esse conceito, participação comunitária, escuta e ou controle social, participação popular ou cidadã, são alguns destes.

Nesse sentido, a década de 1980 sem dúvida, representou um marco importante, em que, através da Constituição Federal de 1988, após inúmeras lutas, debates e mobilizações, se conseguiu garantir em Lei, avanços importantes. Consultas populares,

¹⁰ Mestrando em Planejamento Territorial, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS-BA). e-mail ramonpublicidades@hotmail.com.

referendos, audiências públicas, orçamentos participativos dentre outras ferramentas, tentam dar conta da necessidade de participação social no âmbito das decisões de governo.

A Constituição Federal de 1988, também definiu o modelo orçamentário do Brasil, que no seu artigo 165 das Leis de iniciativa do Poder Executivo, estabelece o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais, como os instrumentos que compõem o modelo de orçamento público dos governos. O objeto principal deste artigo será o instrumento do Plano Plurianual – PPA, esse, que é considerado como uma ferramenta fundamental para o planejamento público, tem vigência de quatro anos e estabelece as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da união, estados e municípios no âmbito das administrações.

Mesmo com seu caráter técnico, nos últimos anos, o PPA vem ganhando uma dimensão participativa em sua construção. A união, além de alguns estados e municípios, Brasil afora, já adotaram uma metodologia participativa na construção de seus Planos Plurianuais, nestes casos, passando a ser chamados de Planos Plurianuais Participativos (PPA-P's). Dentre os PPA's que ganharam destaque com essa formatação, inclui-se a experiência do Estado da Bahia que será tratado neste artigo.

A metodologia aplicada para o desenvolvimento deste artigo se baseou em pesquisa bibliográfica sobre o tema central, que é a experiência do Plano Plurianual Participativo do estado da Bahia 2008-2011 e 2012-2015 como ferramenta de participação social. As principais fontes analisadas foram: artigos, livros, teses, além de leis, decretos e os próprios PPA's.

Para o desenvolvimento do presente artigo, é essencial entendermos a definição do que de fato é um Plano Plurianual-PPA. Essa ferramenta, estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um quadriênio, ou seja, para os quatro anos seguintes da administração. O PPA necessariamente é encaminhado pelo executivo para apreciação e aprovação do legislativo sempre no primeiro ano da gestão em data legalmente estabelecida. O PPA se articula com o orçamento através de seus programas, iniciativas e metas.

O PPA é definido segundo o Ministério de Planejamento Desenvolvimento e Gestão como:

[...] um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.¹¹

Partindo desse entendimento, o PPA em alguns casos específicos, (União, alguns Estados e municípios) deixou de ser uma peça apenas executiva e legislativa e se tornou instrumento de participação social na construção de políticas públicas, com a participação das entidades e movimentos sociais, além de setores da sociedade civil na elaboração dos Planos Plurianual Participativos (PPA-P). Aos poucos, a sociedade brasileira vem

¹¹ Brasil. Ministério do Planejamento disponível em : <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-e-o-ppa> Acessado em 28.10.2016.

conquistando de maneira mais efetiva os espaços decisórios e ganhando importância no processo de construção das políticas públicas desenvolvidas pelos governos.

Diante disso, o presente trabalho se propõe a analisar as experiências com os PPA's-P, do Estado da Bahia 2008-2011¹² e 2012-2015¹³ como ferramenta de participação social, destacando os principais desafios nesse processo de construção. Além de fazer um breve histórico da participação social no Brasil, o trabalho busca também identificar as características das escutas sociais feitas pelo governo para a construção participativa desses planos, destacando as principais mudanças de um PPA (2008-2011) para outro (2012-2015).

2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Segundo Valla (1998), é possível situar o início da discussão mais sistemática sobre participação popular nos anos 1930 a 1940, em relação estreita com o surgimento das políticas públicas. Contudo, o Brasil até os anos 1970-1980, foi um país com pouca propensão participativa, só a partir de meados de 1970 começa a ocorrer o surgimento daquilo que se convencionou a chamar de uma “sociedade civil autônoma e democrática” (AVRITZER, 2009, p. 27).

A partir de meados dos anos 1970, junto ao combate do regime ditatorial em curso no Brasil, a sociedade civil buscava formas organizadas de inserção de suas principais demandas junto ao Estado, “o crescimento das formas de organização da sociedade civil no Brasil foi um dos elementos mais importantes da democratização do país” (AVRITZER, 2009, p. 29).

Os anos 1980 caminhavam para um novo contexto histórico. A ditadura feroz que censurou e oprimiu por duas décadas a mobilização e movimentos que defendiam a democracia, já caminhava para o seu fim, principalmente devido à pressão popular, e pelo desejo de uma maior participação da sociedade nas decisões dos governos. Com isso, a prática democrática censurada durante duas décadas, acenava para sua liberdade efetiva a partir das conquistas da Constituição de 1988.

Ciconello (2008), ao analisar esse período nos escreve “que grande parte das forças políticas e sociais que impulsionaram o processo de redemocratização do país na década de 1980, estava imbuída de uma concepção democrática ampliada” (CICONELLO, 2008, p. 02). Essa concepção de democracia ultrapassava e muito a questão do voto e do sistema representativo eleitoral, ou seja, para essas forças democráticas de então, o voto e a representação política através dos mandatários (as), não dariam conta por si só das necessárias mudanças nas estruturas de poder, aliado a isso, seria então indispensável à abertura e disposição para a participação do povo nas decisões políticas e de governo, logo, a participação social era ingrediente indispensável para aquele novo período que se iniciava no país.

¹² Bahia. Lei n° 10.705 de 14 de novembro de 2007

¹³ Bahia. Lei n° 12.504 de 29 de dezembro de 2011

O mesmo Ciconello (2008) nos escreve sobre esse cenário pós 1988 como palco de muitos espaços de participação social, que possibilitaram a participação da sociedade nas tomadas de decisões nas esferas governamentais.

Ao longo dos últimos 20 anos, foram construídos diferentes espaços formais de participação nos âmbitos federal, estadual e municipal. Assim, por exemplo, estima-se que existam, atualmente, mais de 40.000 Conselhos de Políticas Públicas, ligados a diversas estruturas governamentais e que contam com a participação de milhares de organizações da sociedade civil em todo o país. Apresentar essa inovação institucional, seus impactos e desafios para a consolidação e ampliação da democracia é o que se pretende realizar. (CICONELLO, 2008, p. 01).

Mesmo com a garantia de avanços no campo da participação social na gestão pública, assegurados pela Constituição Federal de 1988, e com experiências desenvolvidas por alguns governos, o conservadorismo de muitos gestores na maioria das vezes, não permite na prática, a efetiva participação da sociedade nesses processos de tomadas de decisões. Assim, a mobilização e reivindicação por mais participação sempre estiveram presentes nas agendas sociais do país, que viram de forma mais ampla essa participação acontecer principalmente a partir da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República.

O governo Lula fez da participação social uma política pública. Mais do que tornar as políticas abertas a uma construção coletiva entre governo e sociedade civil através da participação, o governo Lula tornou a própria participação uma finalidade programática que, a partir de 2003, se concretizou de diversas formas. Para além de um meio passível de realizar os fins necessários ao desenvolvimento do Estado brasileiro baseado na promoção da igualdade e da inclusão social, os dois mandatos de Lula revelaram a participação como um fim em si, um objetivo político e social que pode ser perseguido conjuntamente pelo Estado e pela sociedade de modo a aperfeiçoar e aprofundar a democracia no Brasil. (POGREBINSCHI, 2011, p. 04)

Com a chegada de um projeto mais próximo dos movimentos sociais ao poder com Lula em 2002, diversas experiências de ampliação da participação como fortalecimento da democracia foram adotadas, com isso, “criou-se a expectativa que a participação popular pudesse retomar o seu papel desestabilizador das estruturas de poder, criando uma nova forma de pensar e exercer o poder.” (MORONI; AVRITZER, 2009 p. 111). Uma das experiências nesse sentido, foi a inédita participação social na construção do Plano Plurianual 2004- 2007¹⁴ "Brasil de Todos - inclusão e participação". Como o próprio nome já nos indica, aquele PPA "Brasil de Todos - inclusão e participação" já dava sinais da necessidade da participação social na construção dessa importante ferramenta de planejamento das gestões públicas, que é o Plano Plurianual.

Seguindo essa lógica, alguns estados e municípios rompendo as barreiras do tradicionalismo, lançaram mão, para além dos dispositivos de participação social já

¹⁴ Brasil. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 - Dispõe sobre o PPA do governo federal para o período de 2004-2007.

definidos em lei, de um modelo novo de planejamento, que foram os Planos Plurianuais Participativos.

Um dos estados pioneiros no desenvolvimento da proposta participativa na construção do seu PPA foi a Bahia, no ano de 2007, após a eleição do Governador Jaques Wagner, o estado, desenvolveu o processo de elaboração do PPA-P. Assim, no estado da Bahia “[...] foi dada a largada para a realização do chamado PPA-Participativo entre os meses de maio e junho de 2007, nos 26 Territórios de Identidade empregados como unidade de planejamento na elaboração do PPA.” (POMPONET, 2015, p. 06).

3 BAHIA E A EXPERIÊNCIA DO PPA-P

Com o alinhamento político e ideológico entre os governos estadual e federal, a Bahia em 2007 contava já com a política de Territórios de Identidade, o estado estava dividido em 26 destes, e que a partir deles se iniciava a política de planejamento estratégico para a elaboração do PPA-P. Sob a coordenação da Secretaria de Planejamento do Estado-SEPLAN, foram desenvolvidas as plenárias de escuta social contemplando os territórios de todo o estado, divididos em grupos temáticos.

Divididos em grupos temáticos, os representantes das entidades sociais nos territórios debateram e apresentaram 8.343 propostas que, após serem analisadas em suas consistências e enquadramentos, compuseram os programas e as ações das Secretarias do Governo no PPA 2008-2011.¹⁵

Essas plenárias da chamada escuta social do primeiro PPA-P desenvolvido no Estado da Bahia, foram realizadas entre os dias 11 de maio a 17 de junho de 2007, contemplando a participação de todos os territórios de identidade já estabelecidos na nova forma administrativa do Estado. Segundo dados da própria SEPLAN “mais de 40 mil pessoas foram envolvidas diretamente no processo de diálogo social”, isso somando as reuniões prévias, seminários e debates em vários municípios, além de representantes dos segmentos sociais credenciados para esse momento, prefeitos (as), vice-prefeitos (as), vereadores (as) e demais representantes das administrações municipais também participaram da construção do PPA-P.

Como se pode perceber, com a necessidade de apresentação do projeto de lei do PPA-P pelo executivo ao legislativo no prazo legal estabelecido, o período de realização das plenárias (11 de maio a 17 de junho de 2007) se mostrou um obstáculo para uma participação mais efetiva e abrangente, o tempo foi curto e alvo de críticas por alguns setores devido ao imediatismo do processo. Além do tempo curto, a divisão territorial administrava junto aos 26 territórios envolvidos no processo, apresentava as suas peculiaridades nas mais variadas demandas, o que para o início se mostrou mais um desafio para a sintetização e representação dessas demandas no PPA –P.

Sobre esse momento de preparação e execução da escuta social, Marcelo Oliveira Rocha (2015), em sua dissertação de mestrado intitulada “Política de Desenvolvimento Territorial na Bahia: inovação e conservadorismo político” nos escreve.

¹⁵ Bahia. Lei n° 10.705 de 14 de novembro de 2007 da Bahia PG, 63

Entretanto, a metodologia adotada pelo Governo, apesar de pensada em etapas, não favoreceu a uma ampla preparação anterior dos Territórios de Identidade para contribuírem com o PPA. O ineditismo da experiência e o curto espaço de tempo que dispunha o Governo para realizar a escuta e o PPA não permitiu um amadurecimento no seio da sociedade civil e nem mesmo dos agentes públicos estaduais. Como contribuir com peças orçamentárias públicas, e sua natureza técnica, com especificidades de linguagem e funcionamento, sem uma preparação dos colaboradores antecipadamente? Esta questão ficou sem respostas na escuta social do PPA, em 2007. Feito em ritmo acelerado, sem nenhum antecedente igual e com uma equipe, que parte dos gestores iniciava sua primeira experiência à frente da máquina pública, o PPA Participativo de 2007 realizou 17 Plenárias, abarcando os 26 territórios de identidade. (ROCHA, 2015, p. 103).

Seguindo a lógica da crítica de Rocha, estava aí um dos primeiros desafios na efetivação da participação social no processo de construção daquele PPA-P, o ineditismo, o novo, o desafio de implantar, foram de fato, nesse primeiro momento, fatores que testaram o governo. Estava se passando de um modelo técnico e tradicional na montagem de peças de planejamento, para um modelo democrático e participativo. No entanto, a falta de preparação por parte do governo, aos agentes e movimentos da sociedade civil, unida a pouca experiência dos agentes públicos do estado na condução daquele processo, refletiram nas dificuldades daquele momento inicial. No texto da própria lei, o governo reconhece as limitações do início desse processo, “As dificuldades não foram poucas. A estrutura governamental não estava adequada a este tipo de postura e foi necessária muita dedicação por parte das equipes de trabalho de todas as Secretarias[...]”.¹⁶

Além da fase de participação na construção do PPA-P, outra ferramenta importante nesse processo de participação foi o criação do Conselho de Acompanhamento do PPA, (CAPP), esse que foi eleito durante a realização das plenárias com a finalidade de garantir ao controle social ao PPA-P, e era composto por membros da sociedade civil e do governo.

No primeiro semestre de 2010, sob a coordenação dos membros do CAPP e com apoio da Secretaria do Planejamento, foram realizados os Diálogos Territoriais nos 26 Territórios de Identidade. O objetivo foi a prestação de contas das realizações governamentais dos três primeiros anos do mandato petista, além da divulgação da política territorial em vigência. Mais de 2,6 mil pessoas estiveram presentes, entre representantes da sociedade civil e do poder público.¹⁷

Passada a fase da construção e aprovação do plano, era chegado o momento da efetivação no acompanhamento das realizações, diretrizes, metas e programas. Isso se deu junto ao Conselho de Acompanhamento do PPA - CAPP que foi instituído pelo decreto de número 11.123 de 30 de junho de 2008. Como o próprio nome já nos indica, esse Conselho, que foi eleito nas plenárias da construção do PPA-P e era formado por representantes de movimentos sociais, representantes da sociedade civil e representantes do governo, tinha a missão de acompanhar e avaliar as ações no PPA-P, e ao mesmo tempo, manter aberto e atuante o diálogo do governo junto com a sociedade civil e os movimentos sociais ali representados.

¹⁶ Bahia. Lei n° 10.705 de 14 de novembro de 2007 da Bahia PG, 63

¹⁷ BAHIA. (2011-2014: Jaques Wagner). Plano plurianual 2012-2015. Salvador: SEPLAN, 2011a. 456 p.

Entre abril e junho de 2010 o CAPPa e a Coordenação Estadual dos Territórios (CET) promoveram os diálogos territoriais, como o objetivo de aprofundar a discussão da política territorial, intensificar a integração dos membros do CAPPa aos colegiados territoriais e prestar contas das ações do governo aos Territórios, inclusive apresentar à sociedade quais as propostas do PPA P foram executadas pelo governo.¹⁸

Após ter superado os desafios iniciais do pioneirismo no PPA-P, o estado da Bahia vivenciava em 2010, a reeleição do governador Jaques Wagner, e com isso a missão era aprimorar a experiência participativa e avançar na construção de um Plano Plurianual Participativo.

Como continuidade da experiência participativa, em 2011 se iniciava o processo de construção de um novo PPA-P no Estado da Bahia, dessa vez articulado pelas secretarias do Planejamento, Relações Institucionais e Desenvolvimento e Integração Regional, com o apoio das demais secretarias do estado, o processo trazia algumas mudanças em relação ao primeiro. A criação dos chamados Grupos de Trabalho Territoriais (GTT) nos 26 territórios de identidade que compunham o estado, foi uma das principais mudanças observadas, isso ocorreu para possibilitar uma maior participação da população no processo, tanto através dos movimentos sociais como de representantes da sociedade civil.

Para cada um dos 26 Territórios de Identidade foi criado um GTT, composto por nove integrantes: cinco indicados pela sociedade civil, inclusive dois membros do CAPPa, e quatro representantes de órgãos públicos. A função do grupo foi promover reuniões para qualificar o público alvo envolvido e articular a participação desses atores nas plenárias territoriais.¹⁹

O ineditismo de 2007 já não era problema, assim, oficinas de treinamento foram realizadas para a capacitação dos participantes, “[...] Como primeiro passo da realização do PPA-P, aconteceu em Salvador, em março de 2011, um encontro de trabalho para a sensibilização e capacitação dos 234 representantes do GTT nos 26 territórios”²⁰. Após essa fase inicial, os colegiados territoriais mobilizaram seus respectivos territórios que de 05 de abril a 28 de maio de 2011 realizaram as 26 plenárias de escuta social, com isso, além de atingir todos os territórios de identidade, o governo atendia uma reivindicação da sociedade que cada território sediasse sua plenária para dar a sua contribuição de maneira mais estratégica e territorializada. Esse novo método permitiu, segundo avaliação do governo, uma maior qualidade dentro de um menor número de propostas que levavam em consideração as potencialidades dos respectivos territórios, bem como as áreas temáticas definidas pelo governo e escolhidas pelos participantes.

Ainda na primeira fase das plenárias territoriais, a sistematização das propostas foram facilitadas por mediadores técnicos de cada área temática, que, após revisadas e aprovadas, eram digitadas em um sistema informatizado pela SEPLAN, que inovava também, em relação a 2007 com a construção de um software próprio para o

¹⁸ Bahia. Decreto 11.123 de 30 de junho de 2008. Disponível <http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/> acesso em 30/10/2016 .

¹⁹ PPA-P 2012 2015 P. 33

²⁰ PPA-P 2012 2015 P. 34

armazenamento, tratamento, triagem e disponibilização das propostas do PAP-P. Uma outra inovação na ferramenta de participação foi a disponibilidade da população poder opinar através da internet pelo site www.ppaparticipativo.ba.gov.br.

O resultado dessa fase representava uma síntese geral analisada e revisada da participação da sociedade no processo de construção participativa do PPA 2012-2015, que mais a frente viria a se tornar Lei sob o número 12.504 de 29 de dezembro de 2011 da Bahia.

Nas 26 plenárias territoriais realizadas na escuta social do PPA-P, foram coletadas e cadastradas pela Secretaria do Planejamento 3.288 propostas, das quais 2.996 foram apresentadas por representantes da sociedade, enquanto outras 292 foram coletadas nos grupos institucionais. O trabalho de validação realizado pela Seplan resultou em 1.952 propostas, colocadas à disposição das secretarias estaduais para análise e incorporação ao Plano Plurianual, caso elas atendam aos critérios técnicos e legais que regem o Plano e as funções dos órgãos estaduais.²¹

Estava essa etapa inicial da escuta social pronta, para que os próximos passos do processo fossem dados. Como não basta participar apenas na fase de construção, o monitoramento e avaliação também tiveram mudanças com relação ao primeiro PPA-P. Além dos Grupos de Trabalhos Territoriais – GTT's, o governo investiria em programas de acompanhamento e desenvolvimento das diretrizes e metas estabelecidos no PPA-P. Depois de duas experiências produtivas do projeto de envolvimento social na produção dessa importante peça de planejamento e gestão pública que foi o PPA-P, esse modelo da Bahia se destaca como ferramenta de participação social e já se efetiva em alguns municípios da Bahia e até em outros estados, experiências desse tipo, que estimulam o planejamento estratégico sobre tudo de forma territorializada e alinhada com as agendas de desenvolvimento do país.

Como todo processo em desenvolvimento, as experiências do estado da Bahia com o PPA-P são passíveis de críticas e análises técnicas que indicam a necessidade de melhorar. No entanto, é de se destacar o empenho do estado no período em questão, para o fortalecimento dos canais de participação social no processo de planejamento das políticas públicas, aproximando a estrutura do estado ao cidadão e desenvolvendo uma estratégia que aposta no fortalecimento dos territórios e de suas potencialidades.

4 CONSIDERAÇÕES

A experiência do PPA-P no estado Bahia durante os anos pesquisados de 2007 a 2015, trazem um importante exemplo de aproximação do governo com a sociedade, através da abertura para a escuta social na elaboração e monitoramento dessa importante ferramenta de gestão pública. Contudo, se observa a necessidade de fazer se efetivar essa

²¹ PPA-P 2012 2015 P. 35

participação, ampliando o diálogo, principalmente na fase monitoramento das ações, prestando conta dos avanços conquistados em cada área temática, realizando encontros territoriais com a sociedade para uma possível revisão e ou adequação nas propostas, atualizando assim o cidadão das ações e andamento da coisa pública.

Por fim, podemos notar que esse processo possibilitou uma abertura de diálogo entre setores do governo e sociedade, na construção destes PPA's da Bahia . A participação social se fortalece nesse sentido, e a lógica estadual estimula o desenvolvimento estratégico que valoriza as potencialidades dos territórios. Esse processo deve ser maior do que ideologias partidárias, maior do que os governos, ele precisa se solidificar, ser aprimorado e ampliado, não pode ser visto como uma bandeira de um partido, tem que ser visto como uma necessidade da sociedade na formulação de políticas públicas, onde se leve em consideração a necessidade de um povo, não a necessidade desse ou daquele governo.

REFERÊNCIAS:

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil e Participação no Brasil democrático. In:

AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências Nacionais de Participação Social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 27-54

CICONELLO, Alexandre. **A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil** in From PoverPower: How Active Citizens and Effective States Can Change the World, Oxfam nternational - Oxfam International Junho de 2008.

FERREIRA, Maria I. Caetano; MATOS, Eluammi Rocha; CAZAES, Helena Carla Fagundes. **Plano Plurianual Participativo na Bahia: processo de formação de agenda de políticas**. LOCAL, ANO.

POGREBINSCHI, Thamy. **Laboratório de Estudos sobre a Democracia LED**, Análises, nº1, vol 1 – outubro/novembro de 2011.

POMPONET, André Silva. **I Seminário Nacional de Ciência Política, Estado e Democracia em Mudança no Século XXI**. Rio Grande do Sul, ANO.

ROCHA, Marcelo. **Política de Desenvolvimento Territorial na Bahia: inovação e conservadorismo político**. UEFS, 2015, Dissertação de Mestrado.

VALLA, Victor Vincent. **Sobre participação popular: uma questão de perspectiva**. Cad. Saúde Pública [online]. 1998, vol.14, suppl.2, pp.S07-S18. ISSN 1678-4464.

DOCUMENTOS:

BAHIA. Lei nº 12.504 de 29 de dezembro de 2011 . 2011a. 456 p.

BAHIA. (2011-2014: Jaques Wagner). Plano plurianual 2012-2015. Salvador: SEPLAN

BAHIA. Decreto 11.123 de 30 de junho de 2008. Disponível <http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/> acesso em 30/10/2016 .

BAHIA. Lei nº 10.705 de 14 de novembro de 2007.

BRASIL. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 - Dispõe sobre o PPA do governo federal para o período de 2004-2007.

BRASIL. Ministério do Planejamento disponível em :

<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/plano-plurianual-ppa/o-que-e-o-ppa> Acessado em 28.10.2016

PÚBLICAS. **Encontro de Administração Pública e Governo**. Salvador: ANPAD, 2012.